

**CONCURSO PÚBLICO – SDS/PE**  
**CARGO 12: PERITO CRIMINAL**  
**ÁREA 8: CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO**  
Aplicação: 19/6/2016

**PADRÃO DE RESPOSTA**

Em linhas gerais, o candidato deve informar o que se segue.

A contabilidade aplicada ao setor público mantém processo de registro apto a sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei n.º 4.320/1964. No entanto, há de se destacar que o art. 35 se refere ao regime orçamentário e não ao regime contábil (patrimonial), e a citada lei, ao abordar o tema “Da Contabilidade”, determina que as variações patrimoniais sejam evidenciadas, independentemente de serem elas independentes ou resultantes da execução orçamentária (arts. 85, 89, 100 e 104). Além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício, em atendimento ao princípio da competência.

Acerca do registro contábil, apenas um lançamento deve ser efetuado no mês de janeiro de 2017: registro contábil do direito a receber em contrapartida a uma conta de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro da variação patrimonial aumentativa por competência.

No mês de fevereiro de 2017, caso o pagamento seja realizado em parcela única, deverão ser efetuados três lançamentos: (i) registrar o ingresso do dinheiro em contrapartida à baixa do ativo (direito) registrado; (ii) registrar a realização da receita orçamentária pelo ingresso do recurso, em atendimento ao art. 35 da Lei n.º 4.320/1964: receita a realizar em contrapartida a uma conta de receita realizada; (iii) registrar o respectivo controle da disponibilidade, pelo ingresso do recurso: controle de disponibilidade de recursos em contrapartida a uma conta de disponibilidade por destinação de recursos (DDR).